

Obsessão pelo trilhão

Com mais de 70 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho e, portanto, sem contribuir para o sistema de previdência, a situação descrita na mesa Seguridade Social e Previdência Social: a reforma do governo não combate privilégios e sacrifica quase 100% da população brasileira, se agravou ainda mais. A reforma aprovada foi desidratada na difícil relação do executivo com o Congresso Federal, que derrubou a maior parte das mal-dades apontadas pelos economistas Eduardo Moreira e Paulo Kliass, que discutiram a questão com a mediação do Jornalista Glauco Faria, âncora do Jornal Brasil Atual, mas manteve a retirada de direitos e não resolveu o problema de financiamento do sistema, da mesma forma que a reforma trabalhista não resolveu o problema do desemprego.

Eduardo questiona a postura do governo, de fazer economia de gastos sobre a população mais pobre, que no caso da reforma da previdência proposta pelo governo, penalizava idosos em situação vulnerável e trabalhadores rurais. "Esse dinheiro está vindo de pessoas que ganham em média, R\$1,5 mil. Será que são essas pessoas que tem que abrir mão das riquezas que vão ter direito? E aí vamos lembrar, por um motivo, porque a gente está falando de segurança social. Tirar dinheiro da segurança social é tirar proteção de alguém. Só existe segurança social onde existe necessidade de proteção", disse.

A reforma aprovada não mexeu no benefício dos vulneráveis, mas o ministro da Economia de Bolsonaro, não mudou sua estratégia, que Paulo chama de "austericídio": cortar gastos públicos para sair da crise. E continua perseguindo a meta de economizar R\$ 1 trilhão. "O Paulo Guedes tem verdadeira obsessão pelo trilhão", disse Paulo em uma entrevista para o canal do Youtube do Brasil 247 em meados de setembro de 2020, depois de lembrar que a promessa há um ano, durante o trâmite da reforma da Previdência, era de conseguir fazer esse corte em 10 anos. "Agora de novo, ele mandou essa PEC



PAULO KLIASS: "O problema é que a gente está já há algumas décadas, pelo menos há 30 anos, dominados por aquilo que eu chamo de armadilha do superávit primário. A gente acaba naturalizando procedimentos e conceitos que são absolutamente despropositados."



EDUARDO MOREIRA: "Só em juros e amortização de dívida nos próximos 12 meses são 1 trilhão de reais. E porque não se discute esse peso da dívida?"

32 que a grande imprensa equivocadamente está chamando de reforma administrativa; não tem nada de reforma, nem de administrativa. De novo hoje ele vai aos jornais e fala que, com a reforma da previdência, aí pegando carona no que ele já tinha feito, e com os cortes previstos na reforma administrativa — que é essa PEC 32 —, em 20 anos (não mais em 10), vamos economizar R\$ 1 trilhão." O que é, obviamente, mais uma mentira.

"A PEC 32 é a PEC da destruição e da corrupção. Restabelece o estado monarquista de 400 anos atrás", avalia Paulo. Dos mais de 140 itens apresentados na PEC, apenas 11 tratam de outros temas que não diretamente

ligados ao serviço público, que terá grandes retrocessos caso seja aprovada da forma como foi apresentada pelo executivo. A proposta altera regras de progressão de carreira, acaba com o regime único e flexibiliza as regras de contratação e demissões.

MENTIRAS

"É uma falácia essa ideia de que a previdência tem que ser reformada porque o nosso sistema seria estruturalmente deficitário, e portanto desobedecendo inclusive a mandatos constitucionais e apresentando um risco para a questão fiscal no Brasil, para a questão da própria sobrevivência da administração pública, em especial a federal. Os números (do Banco Central) não dão suporte a esse discurso. O Regime Geral de Previdência Social até 2015 não tinha absolutamente nada de deficitário. Ele era, pelo contrário, superavitário. Ele foi ao longo de toda a sua história inclusive, superavitário. Só que a gente não deve tratar a questão da Previdência Social com essa lógica de ser lucrativa ou de perder dinheiro, não é disso que se trata, ela não é uma empresa"

Essa realidade de superávit muda a partir de 2015, segundo Paulo, como consequência justamente do corte de gastos públicos e do aumento de juros. "Qualquer pessoa que frequentou um curso básico de macroeconomia, sabe que isso não tem como dar certo. É uma receita para aprofundar a crise, aprofundar a recessão", dizia Paulo há um ano. Atualmente, depois de seis meses de pandemia, há mais do que um aprofundamento da recessão. A queda no PIB, que Paulo já apontava como grave quando era de 3,8% (em 2016 e 2017), chegou a 9,7% no segundo trimestre deste ano, um tombo do qual o país vai levar tempo para se recuperar.

Ou não vai se recuperar, caso mantenha a estratégia "austericida". "O mundo inteiro está mostrando que para sair da crise geral que vivemos há muito tempo e que foi aprofundada pela pandemia, tem que recuperar o protagonismo do Estado. Se não houver aumento das despesas públicas essa crise vai piorar e vai se agravar", avisa Paulo. ➞